



IMPrensa NACIONAL

POUCO ANTES da saída da cõrte de Lisboa, fugindo à invasão francesa de 1807, o govêrno português tinha mandado buscar na Inglaterra prelos e material tipográfico para uma imprensa destinada ao serviço de um de seus ministérios.

Na precipitação da fuga, o fidalgo D. Antônio de Araújo de Azevedo (futuro Conde da Barca) trouxe para cá êsse material, que nem sequer tinha sido desencaixotado. Veiu no porão da nau “Meduza”, que fazia parte da esquadra em que se operou aquele singular êxodo.

Dois meses depois da chegada da cõrte portuguesa ao Rio de Janeiro, o Príncipe Regente D. João, por inspiração de D. Rodrigo de Souza Coitinho (depois Conde de Linhares), baixou o seguinte Decreto;

“Tendo-me constado que os prelos que se acham nesta Capital eram destinados para a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, e atendendo à necessidade que há da oficina de impressão nestes meus Estados: Sou servido que a casa onde eles se estabelecerem sirva interinamente de Impressão Régia, onde se imprimam exclusivamente tôda a legislação e papéis diplomáticos que emanarem de qualquer repartição do meu real serviço, e se possam imprimir tôdas e quaisquer obras, ficando inteiramente pertencendo o seu govêrno e administração à mesma Secretaria”.

Esta lei, que assinala a origem da nossa imprensa oficial, traz a data de 13 de maio de 1808. Nesse mesmo dia, em homenagem “ao faustíssimo aniversário de Sua Alteza Real, o Príncipe Regente”, a Impressão Régia imprimiu o seu primeiro trabalho, que foi uma relação dos despachos publicados na Côrte.

A casa que abrigou, provisoriamente, a nova repartição foi a própria residência do Conde da Barca, defronte do Passeio Público, na rua do Passeio n.º 44, em cujo pavimento térreo se instalou a oficina (posteriormente funcionaram nesse prédio os Ministérios dos Estrangeiros e da Justiça, o Supremo Tribunal Federal e, por último, o Pedagogium).

Pouco depois, a pequena oficina tipográfica era transferida para a rua dos Barbonos, esquina da rua das Marrecas (atuais Evaristo da Veiga e Juan Pablo Duarte), onde permaneceu até a Independência.

Em 1831, instalou-se em algumas salas da Imperial Academia das Belas-Artes, no antigo edifício do Tesouro Nacional, na avenida Passos; em 1836, passou a funcionar no pavimento térreo da velha Câmara dos Deputados, na rua da Misericórdia, onde fôra outrora a Cadeia, e, em 1860, mudou-se para a rua da Guarda Velha, canto da de São Gonçalo (atuais ruas Treze de Maio e Almirante Barroso).

Em 1874, o então Ministro da Fazenda, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), encarregou o engenheiro das obras do seu ministério, Dr. A. de Paula Freitas, de projetar e construir um edifício condigno para a Imprensa Nacional, em terreno na mesma rua da Guarda Velha, quase fronteiro à antiga Secretaria do Império, onde foi até recentemente o Liceu de Artes e Ofícios.

Batida a pedra fundamental a 26 de agosto daquele ano, coube ao sucessor do Visconde do Rio Branco, João Maurício Wanderley (Barão de Cotegipe), a glória de haver prosseguido e ultimado, no dia 31 de dezembro de 1877, o novo edifício em estilo gótico-manoelino que se vê na fotografia. Nos corpos laterais extremos, formados por dois torções, notam-se, nos cantos arredondados, nichos, ostentando as estátuas dos precursores da arte tipográfica, Johann Guttenberg, Peter Schoeffer, Johann Fust e Laurent Coster.

Aí permaneceu a Imprensa Nacional até ao incêndio de 15 de setembro de 1911, quando parte da oficina foi para o Calabouço e parte para o edifício do Ministério da Agricultura.

Finalmente, no dia 28 de dezembro de 1940, mudaram-se as oficinas para o atual prédio da rua Rodrigues Alves n.º 1.